

PerPart

Pernambuco Participações e Investimentos S/A

CNPJ 02.534.914/0001-68

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: 1.0 - APRESENTAÇÃO: Aos Senhores Acionistas apresentamos as Demonstrações Contábeis e correspondentes Notas Explicativas referentes ao exercício findo em 31.12.2008, bem como descrição das principais atividades desenvolvidas pelos gestores desta empresa com a colaboração efetiva de todos os servidores lotados em sua sede administrativa. A Pernambuco Participações e Investimentos S.A. - PERPART - é uma companhia fechada de economia mista de capital autorizado, criada pela Lei Estadual nº. 11.314/95, com as alterações dadas pela Lei nº. 11.671/99 e regulamentada pelo Decreto nº. 19.243/96, com as novas redações determinadas pelos Decretos nº. 20.511/98 e nº. 21.723/99. Está vinculada à Secretaria de Administração do Estado e tem por missão gerar e gerenciar recursos financeiros para alocação em investimentos públicos, bem como gerir pessoas, materiais, direitos e obrigações oriundos de empresas incorporadas no âmbito do Governo do Estado de Pernambuco. A PERPART é, hoje, a sucessora de seis empresas extintas e, a partir dos respectivos anos de extinção, absorveu todos os problemas acumulados durante as administrações passadas dessas empresas, a saber: a) Companhia de Habitação Popular do Estado de Pernambuco - COHAB e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Pernambuco - EMATER-PE, em 1999; b) Empresa de Abastecimento e Extensão Rural de Pernambuco - EBAPE, em 2004; c) Companhia Pernambucana do Meio Ambiente - CPRH e Empresa de Fomento de Informática do Estado de Pernambuco - FISEPE, em 2005; e, d) Companhia de Abastecimento e Armazéns Gerais de Pernambuco - CEAGEPE, em 2006. Os passivos financeiros, inclusive os demandados judicialmente, as pendências trabalhistas e fiscais; os patrimônios imobiliário e mobiliário bastante diversificados e o volumoso acervo documental das incorporadas, tudo isso exige o comprometimento de profissionais qualificados para a Administração e, principalmente, o contínuo e exclusivo aporte de recursos pelo Tesouro Estadual. O ano de 2008 dá seguimento à gestão desta Sociedade iniciada em janeiro do ano anterior, quando tomaram posse novos membros no Conselho de Administração e novos Diretores, na Diretoria da Presidência, na Diretoria Financeira e de Investimentos e na Diretoria de Administração Geral.

2.0 - MACROAMBIENTE RELACIONAL. O Termo de Cooperação firmado entre o Governo de Pernambuco e o Banco do Nordeste do Brasil, com a intervenção da Secretaria de Administração estadual para a PERPART promover o microcrédito produtivo, consolidou o Programa CREDITODOS como uma marca institucional dos parceiros envolvidos, fazendo-se presente em 49 municípios de nosso Estado e concorrendo para a viabilização de cerca de quase 15.000 novas operações. Cabe salientar que o CREDITODOS contrata, como estagiários, alunos do curso médio matriculados nas escolas públicas estaduais. Através da Ouvidoria, ampliamos os canais de comunicação entre os usuários e a PERPART, que acompanha, também, todas as atividades itinerantes desenvolvidas pela Empresa, no intuito de avaliar, na ponta do atendimento, os serviços prestados, bem como agilizar soluções para os problemas detectados. Incrementamos as chamadas atividades da PERPART ITINERANTE, mediante a qual efetuamos atendimentos diretamente nas localidades de residências de grupos de usuários, totalizando - no exercício - cerca de 5.000 atendimentos com legalização de imóveis, entrega de escrituras e regularização fundiária, o que implica a realização de visitas técnicas e reuniões com lideranças comunitárias. Ainda no início do exercício, a Sociedade foi selecionada para acompanhamento diferenciado pela RECEITA FEDERAL DO BRASIL, conforme Portaria RFB 11.211/2007, o que gerou como obrigação a Escrituração Contábil Digital (ECD) e que implica a adequação do E-Fisco para implementação dessa nova rotina. Pioneira, dentre as sociedades de economia mista e empresas públicas da administração indireta do Estado de Pernambuco, na adaptação dos controles contábeis à nova exigência, certamente servirá de modelo para as demais entidades públicas estaduais que vierem a ser alcançadas pela referida norma legal. Por outro lado, o Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE/PE), quando da análise da prestação de contas da PERPART referente ao exercício de 2006, determinou que esta Sociedade analisasse, em conjunto com a Controladoria Geral do Estado/Tesouro Estadual, a "melhor forma de realizar a atualização monetária da carteira imobiliária composta por valores correspondentes à venda de imóveis construídos pela antiga COHAB, e a repercussão tributária na atualização de exercícios anteriores". A PERPART elaborou - através da Coordenadoria de Contabilidade, autoria do Professor Severino Ramos de Oliveira - circunstanciado estudo em que foram apresentados os critérios e bases de cálculos, formas de contabilização dos resultados obtidos e os correspondentes efeitos fiscais ante as alternativas possíveis para a efetivação da providência recomendada pelo TCE/PE, restando aguardar o pronunciamento das demais instâncias, a saber: Secretaria Especial da Controladoria Geral do Estado, porquanto a própria decisão T.C. nº. 0026/08 (TCE/PE) corrobora que a "solução dos problemas herdados da extinta COHAB não está restrita ao campo de competência da PERPART." Também, a Sociedade esteve, positivamente, inserida na mídia escrita estadual, com média mensal de sete inserções, agora notícias veiculadas nas emissoras de rádio e televisão pernambucanas, sempre com matérias voltadas ao interesse público nos campos de atuação institucional, principalmente nas áreas imobiliárias e orientações de crédito para empreendedores populares de baixa renda. A Internet, através do site oficial do Governo do Estado e outros sites, revelou-se outro recurso de divulgação dos eventos e ações institucionais.

3.0 - RESULTADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS. Assim como destacamos no exercício do ano imediatamente anterior, temos de ressaltar que as características singulares desta Sociedade, como incorporadora das obrigações e ônus referentes a empresas extintas, não de condicionar a perspectiva de avaliação dos resultados econômico-financeiros anuais, tais como evidenciados no bojo do Balanço de 2008. O Patrimônio Líquido da Sociedade reflete essa peculiaridade e, dessa forma, tem aumentado os prejuízos acumulados. No entanto, essa situação tem levado a Diretoria a conceber cenários alternativos para providências pelos Acionistas majoritários, em futuro breve, de modo a equacionar a sustentabilidade da organização. Vale invocar a atenção para a adequação do Balanço em comento, segundo os ditames da recente Lei nº. 11.638/2007, que introduziu significativas mudanças na Lei nº. 6404/1976. Assim, reclassificamos as chamadas Reservas de Reavaliação de Bens para Ajustes de Avaliação Patrimonial.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro - Valores em Reais (sem centavos)							
ATIVO	Nota	2008	2007	PASSIVO E PASSIVO A DESC.	Nota	2008	2007
Circulante				Circulante			
-Caixa e bancos		181.599	826.802	-Empréstimos e financiamentos	9	64.934.931	63.015.482
-Créditos a receber	4	8.298.683	8.375.389	-Fornecedores e credores		99.969	541.595
-Estoques		31.828	37.462	-Obrigações fiscais parceladas	10	5.261.261	6.040.323
-Depósitos realizáveis a curto prazo		94.479	47.621	-Provisão de férias		4.805.118	2.648.999
-Adiantamento a empregados		1.653.640	1.450.474	-Salários a pagar		16.838	9.843
-Despesas antecipadas		11.703	3.020	-Contribuições		363.509	823.881
		<u>10.271.932</u>	<u>10.740.768</u>	-Encargos sociais e tributos a recolher		36.661	28.263
				-Obrigações exercícios anteriores	11	4.450.062	4.450.062
				-Outras contas a pagar		31.393	28.199
						<u>79.999.742</u>	<u>77.586.647</u>
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				-Empréstimos e financiamentos	9	478.445.643	528.753.025
-Créditos a receber -				-Obrigações fiscais parceladas	10	119.322.321	124.168.419
-Governo do Estado	5	239.913.608	306.063.273	-Provisão para contingências	12	185.105.211	167.163.299
-Créditos a receber	4	994.867	1.171.719	-Outras obrigações		3.000	5.440
-Depósitos judiciais e cauções	6	22.736.391	20.816.716			<u>782.876.175</u>	<u>820.090.183</u>
-Investimentos imobiliários		<u>5.775.628</u>	<u>5.775.892</u>	Patrimônio Líquido			
		269.420.494	333.827.600	-Capital social	13	50.855.378	50.855.378
				-Reservas de capital		446.920	446.920
Investimentos	7	10.223	10.223	-Reservas de reavaliação		-	26.950.860
Imobilizado	8	36.603.984	36.607.652	-Ajustes de avaliação patrimonial	14	26.950.860	-
Diferido			427	-Prejuízos acumulados		<u>(624.822.442)</u>	<u>(594.743.318)</u>
						<u>(546.569.284)</u>	<u>(516.490.160)</u>
Total do Não circulante		<u>306.034.701</u>	<u>370.445.902</u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PASSIVO A DESCOBERTO		<u>316.306.633</u>	<u>381.186.670</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>316.306.633</u>	<u>381.186.670</u>				

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO - Exercícios findos em 31 de dezembro - Valores em Reais (sem centavos)							
	Nota	2008	2007				
Receita bruta				- Outras receitas operacionais		<u>14.959</u>	<u>156.133</u>
-Serviços prestados		3.726.843	4.143.415			<u>(9.244.172)</u>	<u>(17.071.896)</u>
-Unidades imobiliárias vendidas		<u>80.040</u>	<u>71.485</u>	Prejuízo operacional antes de participações societárias e do resultado financeiro		<u>(5.790.078)</u>	<u>(13.262.549)</u>
		3.806.883	4.214.900	Resultado de participações societárias			
-Deduções da receita dos serviços prestados		(352.525)	(389.878)	-Dividendos e rendimentos recebidos		179	315
Receita líquida		<u>3.454.358</u>	<u>3.825.022</u>	Resultado financeiro			
-Custos das unidades imobiliárias vendidas		(264)	(15.675)	-Despesas financeiras		(23.637.099)	(32.834.115)
Lucro bruto		<u>3.454.094</u>	<u>3.809.347</u>	-Receitas financeiras		75.592	34.148
(Despesas) receitas operacionais				Prejuízo operacional		<u>(29.351.406)</u>	<u>(46.062.201)</u>
-Administrativas		(53.909.259)	(46.074.784)	-Outras Despesas		18.900	183.200
-Despesas com provisões		(13.534.537)	(36.875.503)	-Outras Receitas		(147.794)	(18.380)
-Transferências líquidas do Tesouro Estadual		58.238.900	66.497.448	Prejuízo líquido do exercício	15	<u>(29.480.300)</u>	<u>(45.897.381)</u>
-Outras despesas operacionais		(53.635)	(775.190)	Prejuízo por ação no final do exercício		<u>(677)</u>	<u>(1.054)</u>

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31/12 - Valores em Reais (sem centavos)							
	Nota	social	Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Ajustes de aval. patrim.	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2006		<u>50.855.378</u>	<u>446.920</u>	<u>26.950.860</u>	-	<u>(552.423.296)</u>	<u>(474.170.138)</u>
Ajuste credor passivo a descoberto - FISEPE		-	-	-	-	2.545.605	2.545.605
Ajuste credor passivo a descoberto - CEAGEPE		-	-	-	-	237.276	237.276
Ajuste credor passivo a descoberto - COHAB		-	-	-	-	546.332	546.332
Ajustes credores de exercícios anteriores		-	-	-	-	248.146	248.146
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(45.897.381)	(45.897.381)
Saldos em 31 de dezembro de 2007		<u>50.855.378</u>	<u>446.920</u>	<u>26.950.860</u>	-	<u>(594.743.318)</u>	<u>(516.490.160)</u>
Ajuste devedor passivo a descoberto - FISEPE	16	-	-	-	-	(564.551)	(564.551)
Ajustes devedores de exercícios anteriores	16	-	-	-	-	(34.272)	(34.272)
Reclassificação das Reservas de Reavaliação		-	-	(26.950.860)	26.950.860	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(29.480.300)	(29.480.300)
Saldos em 31 de dezembro de 2008		<u>50.855.378</u>	<u>446.920</u>	<u>-</u>	<u>26.950.860</u>	<u>(624.822.441)</u>	<u>(546.569.283)</u>

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO



4.0 - DESEMPENHO INSTITUCIONAL. **4.1 - Programa de Otimização Gerencial.** Aperfeiçoou os controles administrativos internos e monitorou a execução do planejamento orçamentário para o exercício, viabilizando, ainda, pela sistemática cobrança, o recebimento do montante superior a R\$ 3,0 milhões devidos à PERPART pela cessão de pessoal; **4.2 - Microcrédito Produtivo Orientado.** Promovido por alunos das escolas públicas estaduais, contribuiu para que o BNB tenha injetado cerca de R\$ 10,0 milhões na economia movida por novos empreendedores populares, formais e informais, em Pernambuco; **4.3 - Tecnologia da Informação.** Disponibilização ao público em geral das informações corporativas de âmbito público, através do portal da PERPART, bem como maximização dos recursos da Informática para os funcionários, seja pela Intranet, seja pela implementação de softwares legalizados específicos, além de SgNet - ACC para controle dos contratos e SgNet - CPR - para controle dos documentos e proteção da Rede contra vírus; **4.4 - Administração das Carteiras Imobiliárias** provenientes de órgãos estaduais extintos com a elaboração de limites e confrontações, legalização e emissão de mais de 5000 escrituras; **4.5 - Cessão de Uso e Comodato.** Celebração de novos contratos para dar utilidade a imóveis disponíveis, especialmente com a Secretaria de Educação, para a qual foram cedidos 61 imóveis na Região Metropolitana do Recife e interior do Estado; **4.6 - Regularização de Pendências Fiscais.** Baixa de débitos junto à Prefeitura da Cidade do Recife na ordem de R\$ 750.000,00, por autos de infração lavrados e, mediante recursos, invalidados, bem como a baixa efetiva do saldo devedor devido a Parcelamento Especial junto à Receita Federal do Brasil na ordem de R\$ 4,5 milhões; iniciado o processo de regularização do sistema GFIP por inconsistências, no período de janeiro/1999 a dezembro/2006, relativamente às empresas incorporadas; **4.7 - Pessoal.** Firmado o Acordo Coletivo de Trabalho de 2008, mediante negociação com o SINTAPE e propiciada a capacitação de cerca de ¼ do número de funcionários da Sede em cursos e seminários voltados para diversas áreas de atividades profissionais; **4.8 - Processos Judiciais.** Depuração e atualização no posicionamento/valores dos processos trabalhistas, cíveis e fiscais, fazendo prever dotações orçamentárias que possibilitem à Administração a liquidação gradual dos débitos históricos sem recursos jurídicos possíveis de êxito; **4.9 - Instalações Físicas.** Incremento de pequenas reformas que assegurem a melhoria das condições de trabalho dos servidores e o bem-estar dos usuários, aliados à segurança de todos, a exemplo de: sala de espera para usuários, acesso exclusivo para pedestres, revisão do elevador e da subestação de energia elétrica; ampliação de ambientes, cabendo registrar que as medidas de segurança implantadas em 2007 garantiram o segundo ano consecutivo sem o registro de qualquer tentativa de assalto ao posto bancário que funciona no prédio da empresa; **4.10 - Responsabilidade Social.** Programa de inclusão digital de adolescentes das comunidades circunvizinhas de baixa renda. **5.0 - FUNDOS.** **5.1 - Ações Desenvolvidas.** Incrementadas as ações administrativas e judiciais no intuito de recuperar créditos historicamente pendentes junto aos Fundos estaduais operacionalizados pela Sociedade, havendo sido expedidas cerca de 300 notificações em cobrança aos devedores em vários Programas desenvolvidos pelos Fundos. Promovido junto aos órgãos competentes o encerramento dos: Fundo para Fomento e Programas Especiais de Pernambuco (FUPES-PE - CNPJ: 01.060.315/0001-97), Fundo de Incentivo à Cultura (FIC - CNPJ: 01.387.115/0001-43), e do Fundo de Risco de Operações de Crédito Rural (FUNRIS - CNPJ: 01.060.319/0001-75). A PERPART mantém a operacionalização do Fundo Pré-Refinaria, Fundo Cresce Pernambuco (FUNGRESCE), Fundo de Desenvolvimento Industrial de Suape (FDS), Programa de Desenvolvimento de Pernambuco (PRODEPE), Fundo de Aval para Estímulo à Concessão de Microcrédito (FUNAVAL) e Fundo de Crédito Prorrateia Rural (PROENDRA); **5.2 - Processo Administrativo.** Instaurado, através da Portaria nº. 105/2008, para apurar as responsabilidades no âmbito da PERPART pelo inadequado acompanhamento das ações de microcrédito desenvolvidas pela OSCIP Agência do Crédito com recursos de fundos repassados pelo Estado de Pernambuco durante o período de 2003 a 2006. **6.0 - AUDITORIA INDEPENDENTE.** A Administração submeteu as contas do Exercício de 2008 à análise de Auditores Independentes, inclusive as dos Fundos estaduais operacionalizados pela PERPART. Recife, 26 de fevereiro de 2009. **SEBASTIÃO PEREIRA LIMA FILHO** - Diretor Presidente. **PAULO JOSÉ MORAIS DO CARMO** - Diretor Financeiro e de Investimentos. **JOSÉ EDUARDO FRANÇA RAMOS** - Diretor de Administração Geral.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 Em Reais (sem centavos). **1. CONTEXTO OPERACIONAL.** A PERNAMBUCO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A. - PERPART - é uma companhia fechada de economia mista de capital autorizado, criada pela Lei nº. 11.314, de 29 de dezembro de 1995, regulamentada pelo Decreto nº. 19.243, de 07 de agosto de 1996, com a redação dada pelo Decreto nº. 20.510, de 30 de abril de 1998, Lei Estadual nº. 11.671, de 27 de setembro de 1999 e Decreto nº. 21.723 de 27 de setembro de 1999, estando vinculada à Secretaria de Administração - SAD-PE. A Companhia tem como objeto social: a) geração e gestão de recursos para alocação em investimentos públicos no território do Estado de Pernambuco e a administração dos créditos, direitos e obrigações decorrentes da incorporação de outras empresas públicas e sociedades de economia mista, das quais o Estado de Pernambuco detenha o controle acionário; b) promover projetos especiais de interesse do Estado, por meio da prestação de apoio técnico, econômico-financeiro e de gestão administrativa; c) incrementação e participação de investimentos e empreendimentos produtivos destinados à geração de empregos e ao fortalecimento da economia do Estado de Pernambuco; d) prestação de serviços especializados e locação de mão-de-obra; e, e) comercialização das unidades habitacionais e terrenos remanescentes das empresas incorporadas. Em 2008, a PERPART continuou promovendo a legalização dos conjuntos habitacionais edificados pela extinta COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE PERNAMBUCO - COHAB-PE. **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.** - As Demonstrações Contábeis foram elaboradas segundo a legislação societária brasileira (Lei nº. 6.404/76 alterada, principalmente, pela Lei nº. 11.638/07) e Medida Provisória nº. 449/08, publicada no DOU em 04/12/2008. - Não elaborou a Demonstração do Fluxo de Caixa em face do seu Patrimônio Líquido ser inferior a R\$ 2.000.000,00, e nem a Demonstração do Valor Adicionado, por não ser Sociedade de Capital Aberto.-A fim de atender ao art. 180 da Lei Estadual nº. 7.741, de 23 de outubro de 1978 (Código de Administração Financeira do Estado de Pernambuco), os ativos e os passivos dos Fundos Especiais operacionalizados pela PERPART foram registrados em contas específicas e sintéticas de compensação, descritas na Nota 17.-O patrimônio líquido da Companhia é negativo, portanto o seu valor final denominado de "Passivo a Descoberto" está demonstrado subtrativamente no Passivo, de conformidade com a Norma Brasileira de Contabilidade - Técnica - NBC T3, aprovada pela Resolução CFC nº. 1049/2005. **3. RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS.** **3.1 Apuração dos Resultados.** Apurado pelo regime de competência do exercício, de acordo com a Lei Federal nº. 6404/76, com as alterações introduzidas pela Lei nº. 11.638/07 e Medida Provisória nº. 449/08. **3.2 Estoques.** Demonstrados pelo custo médio das compras, inferior ao custo de reposição. **3.3 Créditos a receber - Governo do Estado.** Demonstrados pelo valor total dos créditos provenientes da carteira imobiliária da extinta COHAB-PE cedidos ao Governo do Estado de Pernambuco, e deduzido dos recursos já transferidos pelo Tesouro Estadual, para amortização dos empréstimos daquela empresa, junto à Caixa Econômica Federal. **3.4 Imobilizado.** Demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção acrescido da correção monetária até 31 de dezembro de 1995, e deduzido das depreciações acumuladas até 31/12/2007. A empresa deixou de contabilizar encargos de depreciação no exercício de 2008, devido à vedação do método linear, pela Lei nº. 11.638/07, e ausência de regulamentação de um novo critério substitutivo. **3.5 Diferido.** Os saldos remanescentes do exercício de 2007 foram baixados neste exercício de 2008. **3.6 Reservas de Reavaliação de Bens Imóveis.** Os saldos remanescentes do exercício de 2007 foram reclassificados, neste exercício, como "Ajustes de Avaliação Patrimonial", conforme a Lei nº. 638/07. A Companhia optou em manter a Reserva de Reavaliação de conformidade com o Pronunciamento Técnico CTC 13 (Adoção inicial da Lei nº. 11.638/2007).

4. CRÉDITOS A RECEBER		2008	2007	4.4 Provisão para Créditos (-)	
		Ativo	Ativo não		
		circulante	circulante		
4.1 Créditos junto a Usinas (a)					
Cia. Usina Bulhões	-	664.429	-	664.429	- (9.052.924)
Usina Maravilha S. A.	-	1.449.985	-	1.449.985	- (9.052.924)
Usina Bom Jesus S. A.	-	774.879	-	774.879	- (9.052.924)
Usina Barão Suassuna S.A.	-	724.973	-	724.973	- (9.052.924)
Usina Cuangy S. A.	-	1.506.062	-	1.506.062	- (9.052.924)
Usina Prumati S. A.	-	2.869.121	-	2.869.121	- (9.052.924)
Usina Salgado S. A.	-	1.063.475	-	1.063.475	- (9.052.924)
	-	<u>9.052.924</u>	-	<u>9.052.924</u>	- (9.052.924)
4.2 Das Entidades Extintas (b)					
COHAB	-	111.074	-	158.011	-
EMATER	-	272.190	-	349.688	-
EBAPE	-	-	-	179.000	-
FISEPE	4.011.639	-	5.108.432	-	-
CEAGEPE	<u>2.260.846</u>	<u>994.867</u>	<u>2.267.248</u>	<u>1.171.719</u>	-
	<u>6.272.485</u>	<u>1.378.131</u>	<u>7.375.680</u>	<u>1.858.418</u>	-
4.3 Da PERPART					
Faturas a Receber	3.074.737	-	2.231.091	-	-
Outros	<u>290.960</u>	-	<u>108.117</u>	-	-
	<u>3.365.697</u>	-	<u>2.339.208</u>	-	-
Total dos créditos	<u>9.638.182</u>	<u>10.431.055</u>	<u>9.714.888</u>	<u>10.911.342</u>	-

5. CRÉDITOS A RECEBER - GOVERNO DO ESTADO. Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 4 de janeiro de 1999, foi aprovada a cessão da Carteira de Créditos Imobiliários da extinta COHAB-PE, inclusive o respectivo Fundo de Compensação das Variações Salariais - FCVS, para o Estado de Pernambuco. Em contrapartida, o Governo do Estado de Pernambuco assumiu a responsabilidade pelo pagamento das dívidas da extinta COHAB-PE, junto ao Banco do Brasil S.A., Caixa Econômica Federal - CEF e outras entidades controladas pela União. Os saldos em 31.12.2008 e em 31.12.2007 são, respectivamente, **R\$ 239.913.608 e R\$ 306.063.273.**

6. DEPÓSITOS JUDICIAIS E CAUÇÕES

	2008	2007
	Ativo	Ativo
	circulante	circulante
Depósitos Judiciais	<u>22.106.896</u>	<u>20.816.716</u>
	<u>22.106.896</u>	<u>20.816.716</u>

Depósitos para recursos em processos judiciais de natureza cível e/ou trabalhista, demonstrados por seus valores históricos.

7. INVESTIMENTO

	2008	2007
Outros investimentos	<u>10.223</u>	<u>10.223</u>